

Reflexões sobre o consumo LGBTQ+ e suas implicações políticas¹

Bruno Gabriel Santos Carvalho (UFMG)

Mariana Pesce Ribeiro (UFMG)

Resumo - Este artigo apresenta um estudo sobre os espaços de sociabilidade LGBTQ+, como bares, baladas e festivais, no que diz respeito à dimensão política e ações afirmativas que buscam ampliar a ocupação do espaço público. Um exemplo notório é a criação da "Lista T", que promove a entrada gratuita de pessoas trans, travestis e não binárias em espaços antes categorizados como GLS. Dessa forma, traçando paralelos com o movimento social, aponta-se que, apesar das tentativas de se desvincular dos ambientes de lazer e consumo, devido às visões conflituosas dos militantes a respeito da sociedade capitalista e das práticas de mercado, muitas vezes se fez política em festas e vice-versa. Um exemplo são as reuniões do grupo Somos, que, em um período de muita repressão, serviram também como lugar de socialização entre os homossexuais. Nota-se que, para além dos problemas na relação entre mercado e política, há pontos em que a tentativa de consolidação da população LGBTQ+ enquanto consumidora e sua demanda por direitos civis se cruzam. Dessa forma, entende-se que os eventos e espaços de lazer voltados para esse público possibilitam a constituição de um espaço seguro, onde também se faz política de diversas formas, e as práticas de consumo têm um papel na constituição da autoestima e das identidades pessoais e coletivas da comunidade LGBTQ+.

Palavras-chave: consumo LGBTQ+, movimentos sociais, ações afirmativas de gênero.

1. INTRODUÇÃO

O que conhecemos como movimento LGBTQ+ no Brasil tiveram início no fim do século XX com o Movimento Homossexual Brasileiro (MSH), junto de outros que pautavam a conquista de direitos civis para os trabalhadores e para as demais comunidades marginalizadas num contexto de luta contra o autoritarismo e pela redemocratização do país. Esse novo movimento político organizado pretendia formar um diálogo com o Estado (Carrara, 2019) e se colocava como adverso à crescente incorporação dos homossexuais ao mercado de consumo que também se deu no fim da década de 1970. A oposição se dava por uma vontade de se afastar dos estigmas que acompanhavam a vida noturna, como o uso de drogas e a prostituição, colocando-se como organizações compostas por pessoas íntegras, e principalmente devido às

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

aspirações revolucionárias e ideias de esquerda que norteavam as ações e posicionamentos dos militantes.

Dentro das organizações políticas, as “bichas”, pessoas trans e travestis sofriam discriminação e encontravam dificuldades para se integrar ao movimento homossexual (Carvalho; Carrara, 2013). Tal resistência contra a inclusão dessas pessoas se estende para fora do ambiente de militância. Mesmo após a integração da letra “T” na sigla do movimento organizado, a sigla GLS continuou sendo utilizada, principalmente pelos estabelecimentos comerciais, demarcando que as pessoas da comunidade trans muitas vezes não são contempladas como consumidoras (Dos Santos, 2012). Nesse sentido, usaremos “GLS” para nos referir aos estabelecimentos pensados para o público homossexual e que também são frequentados por outras pessoas, principalmente mulheres heterossexuais, como pontua Sá (2022). Fica claro que, embora haja um aumento de estabelecimentos comerciais voltados para esse público após a década de 1970, quando, de acordo com Macrae (p. 239-240, 1997),

em decorrência de uma série de fatores, mas principalmente a democratização geral que estava ocorrendo no país, houve o surgimento, quase concomitante, de um gueto gay comercial: saunas, bares e boates, em que era possível as pessoas se encontrarem e fazer a socialização que antes faziam no movimento político, sem ter de se envolver nas suas brigas faccionais.

A constituição do que Marsiaj (2003) chama de “Mercado Cor-de-Rosa”, que demonstraria o reconhecimento da comunidade LGBT como consumidores em potencial, não contempla plenamente alguns dos seus subgrupos, especialmente as pessoas trans.

Quando se fala sobre o mercado GLS, o campo é bastante abrangente e pode ir de pequenos negócios a empresas multinacionais. Mudando o cenário, há diferenças nos problemas que surgem dessa relação, e também nas potencialidades. As festas e bares são, para nós, o principal ponto de interesse para a discussão do texto. É citado também o Clube Rainbow de Serviços, cuja proposta é suprir lacunas no mercado local, que não atendia plenamente as pessoas LGBT+. Entretanto, o mercado ao qual nos referimos se trata de um recorte em escala menor e mais localizada.

Neste artigo, consideramos que há relações entre o movimento LGBT, a política e o movimento social, apesar da oposição e das críticas. Entendemos que as empresas frequentemente buscam capitalizar sobre a identidade LGBT durante eventos sazonais sem necessariamente apoiar consistentemente os direitos dessa comunidade, abordar questões de relevância social ou atuar para mitigar os problemas enfrentados por nós. Muito se problematiza a respeito da relação com o mercado, mas vemos que, ao mesmo tempo, o consumo, no que tange aos eventos, possibilita a constituição de um espaço

seguro, onde se goza de uma certa liberdade para a expressão dos desejos e da identidade de gênero, bem como possibilita a formação de redes “homossociais” e “homoeróticas” (Marsiaj, 2003). Pretendemos explorar tais espaços de sociabilidade na sua potência criativa.

Apresentamos como os movimentos sociais podem se relacionar com as práticas de consumo LGBT, havendo implicações políticas. Na primeira parte, será brevemente descrita a história do MSH que dará origem ao que conhecemos hoje como movimento LGBT+, suas reservas quanto à constituição do Mercado Cor-de-Rosa e sua antiga relação com o “gueto” gay. Na segunda parte, abordamos como os espaços de consumo possibilitam a constituição de relações sociais e de uma identidade coletiva e individual para homossexuais, transexuais e outras categorias minoritárias; também serão abordadas algumas questões problemáticas relacionadas a esse mercado e seus nichos. Por fim, na terceira parte, discutiremos sobre a adoção da “Lista T” como ação afirmativa para a ocupação de pessoas trans em boates, festas e festivais de público LGBT e seus impactos nesses espaços.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), como era denominado inicialmente, foi constituído em um período de grande inquietação cultural, artística e política que abrangia diversas partes do mundo, mas que no Brasil tomava a forma específica de uma resistência contra a Ditadura Militar (1964-1985). Partindo da insatisfação com as restrições enfrentadas pelos grupos minoritários dentro dos movimentos de esquerda e pela redemocratização do país, se originaram organizações independentes compostas por LGBTs, bem como os movimentos feminista e negro (Green, 2000). Dessa forma, em 1978, o grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) surge em São Paulo e dá início a essa militância organizada pelos direitos civis dos homossexuais no Brasil, o que impulsionou a formação de novos coletivos. Vale notar que esses tensionamentos já eram feitos anteriormente por grupos que reuniam homossexuais, como o Dzi Croquettes e a Turma OK², mas que não eram entendidos como organizações políticas. O grupo Somos marca o começo de um processo de exigências e diálogos com as instituições governamentais e científicas, e as demandas da época vão da luta contra a violência policial ao fim da patologização da homossexualidade (Carrara, 2019).

² A Turma OK é um grupo de sociabilidade gay do Rio de Janeiro que surgiu na década de 60 (Soliva, 2019). Já os Dzi Croquettes são um grupo de teatro que, entre outros coletivos artísticos, discutiam o preconceito nos anos 70 (Carrara, 2019).

Com a epidemia de HIV-AIDS, o movimento se expande e ganha outra visibilidade. Como pontuado por Green (2000), frequentemente, os coletivos se articulavam juntamente às ONGs de combate a ela para fazerem um trabalho de educação sexual e prevenção dessa e de outras ISTs; recebiam também verbas do governo e de organizações internacionais, que possibilitaram o aluguel de locais para a realização das reuniões de ativistas. A relação com as instituições jurídico-administrativas se desenvolve e, eventualmente, alguns dos seus integrantes se juntam a partidos políticos de esquerda, como PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PT (Partido dos Trabalhadores), que reuniam membros de diferentes grupos organizados de esquerda e participaram ativamente da elaboração da nova Constituição Federal (Green, 2000, p. 292). Havia também um envolvimento com algumas organizações sindicais (Machado; Prado 2005). Formou-se, posteriormente, um diálogo com os novos governos democráticos que implicou na elaboração de políticas públicas e, mais tarde, à criminalização da homofobia pelo STF (Carrara, 2019, p. 453).

A participação do PSTU foi de grande importância para a organização do movimento homossexual. Segundo Machado e Prado (2005), a sede belo-horizontina do partido sediou as reuniões iniciais de organização do III SENAILE, apoiou amplamente a organização da primeira Parada do Orgulho Homossexual de Minas Gerais em 1998, em que seus membros tiveram participação expressiva. O PSTU também demonstrou apoio à causa explicitamente no seu site oficial e apresentava propostas específicas para a comunidade. Além disso, as principais lideranças do CRS (Clube Rainbow de Serviços)³ e da ALEM (Associação Lésbica de Minas) se candidataram, respectivamente, aos cargos de vereador e senadora pelo partido, assumindo abertamente suas identidades sexuais.

Já o movimento trans é formalmente concebido a partir do ASTRAL (Associação das Travestis e Liberados), contituído por travestis vítimas da violência policial nos anos 90, em resposta às ações da guarda municipal nos locais de prostituição. Segundo Carvalho e Carrara (2013), a participação nos espaços do movimento homossexual era limitada devido ao estigma que operava dentro da própria comunidade contra as “bichas” e as travestis, antes mesmo da sua instituição como categoria identitária. Trata-se, além de uma condenação da expressão de feminilidade da

³ O CRS foi um clube pensado por homossexuais para suprir a falta de serviços oferecidos à comunidade. Lançado em 2000, contava com a oferta de serviços psicológicos e jurídicos, além de descontos para atendimento odontológico, saunas, boates, agências de turismo, cabeleireiros, entre outros. Também realizava eventos e publicava o ‘Jornal Rainbow’, patrocinado pelo Ministério da Saúde, onde se propagavam campanhas de prevenção a ISTs (Machado e Prado, 2005).

qual muitos gays tentavam se desvincular, da tentativa de se desvincular das práticas de prostituição, furto e uso de drogas atribuídas às travestis, por ser algo que, segundo eles, colaboraria com a manutenção do estigma, e, portanto, seria danosa para a imagem pública da comunidade atrapalhando o movimento organizado. Por causa da forte discriminação, a integração entre os movimentos foi demorada e, mesmo com a inclusão da letra “T” na sigla em 1995, somente em 2010 a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) contou com a sua primeira diretora executiva travesti (Carvalho; Carrara, 2013).

Paralelamente ao desenvolvimento das organizações políticas em defesa dos direitos dos homossexuais no fim dos anos 1970, o “gueto” gay se ampliava em São Paulo. Ao mesmo tempo em que se comemorava a abertura de novos estabelecimentos comerciais voltados para homossexuais e os chamados simpatizantes, o movimento social demonstrava sua contrariedade à essa integração da comunidade no mercado de consumo e teciam numerosas críticas aos espaços do gueto e seus frequentadores (Macrae, 1990 apud França, 2007).

Se, para muitos dos homossexuais identificados com o “gueto”, a constituição de espaços de consumo era vista como um avanço no combate ao preconceito, para os militantes do Somos isso soava como uma alternativa bastante limitada em comparação às aspirações de transformações sociais mais abrangentes a partir da “margem”. Os frequentadores do “gueto” eram vistos muitas vezes como “alienados”, conformados com o limitado espaço de expressão social garantido pelas casas noturnas e pouco dispostos a “assumir” sua orientação sexual em outros espaços (França, 2007, p. 297)

Diante da sua pretensão de formar diálogo com as instituições jurídico-administrativas, e sua atuação junto aos sindicatos, ONGs, organizações operárias e partidos de esquerda, no qual cultivavam ideias revolucionárias, havia uma preocupação dos coletivos LGBT em se desvincular, como tratado anteriormente, dos ambientes de consumo, das drogas e dos estigmas que poderiam prejudicar a organização do movimento social. França (2007) e Macrae (1997) apontam para a tentativa do Somos de criar seu próprio espaço de sociabilidade, constituído por reuniões, vistas como um lugar seguro, no qual era possível mostrar sem restrições a sua personalidade e sexualidade, onde se propunha discutir a respeito da homossexualidade e construir laços afetivos. No entanto, não foi possível desvincular o movimento social do “gueto” comercial, visto que muitos dos novos integrantes vinham desses espaços e, posteriormente, traziam outros consigo (França, 2007, p. 297). Além disso, Macrae (1997) destaca que muitos que iam às reuniões não estavam interessados no seu aspecto político, de forma que, depois de um tempo, algumas pessoas paravam de frequentar as reuniões do Somos e se deslocavam para outros eventos mais voltados ao lazer e livres

dos conflitos políticos do grupo. Fica claro que havia uma procura por um espaço aberto para atividades de lazer em um espaço acolhedor e entre semelhantes, onde se sentisse mais livre e em comunidade.

França (2007, p. 298) especula que com o impacto da epidemia de HIV-AIDS na comunidade e a redução dos grupos militantes em São Paulo, bem como a mudança da ênfase da luta revolucionária para a reivindicação de direitos civis diminuiu, em algum grau, a resistência à integração no mercado consumidor. No entanto, as desconfianças não cessaram e hoje é possível notar a preocupação com o esvaziamento e corrompimento das pautas a partir da sua apropriação pelas empresas, a despolíticação e neutralização da força política do movimento LGBT “circunscrevendo sua visibilidade como produto do sistema capitalista dentro da lógica neoliberal, mantendo excluídos os indivíduos economicamente menos favorecidos” (Machado; Prado, 2003, p. 50), entre outras problemáticas. No que diz respeito à formação de um mercado consumidor, corre-se o risco de marginalizar ainda mais alguns setores da comunidade que não se encaixam no modelo de “cidadão-consumidor”, geralmente pessoas brancas, cisnormativas e de classe média ou alta (Marsiaj, 2003). Além disso, o crescimento dos estabelecimentos comerciais para o público GLS pode contribuir para a baixa politização dos indivíduos ao criar uma ilusão de liberação (Marsiaj, 2003).

Mesmo assim, nesse sentido de confluência, foram organizadas as paradas LGBT, hoje conhecidas como paradas LGBT+, a ocasião de maior visibilidade do movimento, que é ao mesmo tempo um espaço tanto de festividade e socialização quanto político, onde se bebe, beija, e se exibem diferentes expressões de gênero, mas também se propagam discursos sobre as demandas e os problemas comumente enfrentados da comunidade. Nesse tipo de evento, o movimento LGBT opera em uma relação conjunta e bem integrada com o mercado, que patrocina os eventos e faz deles um local para publicizar seus produtos e serviços (França, 2007). Dito isso, evidencia-se uma complexidade e uma interconexão entre o ativismo político e a importância dos espaços festivos e sociais na formação e no fortalecimento do movimento LGBT. A seguir, trataremos também de como é possível uma diferente forma de política nos espaços de lazer, consumo e sociabilidade.

3. O CONSUMO LGBT, O MERCADO E SEUS ESPAÇOS

Até a segunda metade do século XX, no Brasil, não havia bares destinados aos homossexuais. Nesse contexto, de acordo com Green (2000), os encontros se davam em lugares como parques, banheiros, cinemas, quartos alugados ou casas particulares,

restaurantes, café e praias. Em meados dos anos 1950, para uma expressão e vivência mais livre, restava apenas o Carnaval, onde gays e lésbicas, ainda que de forma mais limitada por serem mulheres, podiam se camuflar em meio às fantasias e o clima de festividade mais permissiva para expressarem em público seus desejos ocultos (Green, 2000, p. 280). No entanto, em um contexto marcado pela hostilidade à homossexualidade e às expressões de gênero dissidentes, o acesso ao espaço público e ao lazer era, muitas vezes, dificultado ou barrado pela lei e seus agentes, se não pela falta de segurança em geral. Apesar de não haver proibição da homossexualidade, essas pessoas ficavam vulneráveis à ação policial uma vez que, ancorando-se com critérios abrangentes nas leis da vadiagem e do atentado ao pudor, os agentes prendiam arbitrariamente aqueles que fugissem à norma heterocêntrica no espaço público categorizando suas ações como “indecentes” ou “inapropriadas”. Isso abrangia atitudes de vários tipos, como o uso de indumentária considerada feminina, o ato de frequentar lugares conhecidos pela presença de homossexuais, prostituição ou relações sexuais em público. Um dos interlocutores de Soliva (2019), lembra dos desaparecimentos das “bichas” nas ruas da cidade e da vigilância constante durante a Ditadura Militar:

De acordo com Anuar, um chefe de polícia da época tinha o costume de colocar um limão dentro das calças daqueles que usavam roupas mais justas ao corpo. Se caísse, o indivíduo era liberado, pois estava usando uma calça compatível com os padrões de masculinidade legitimados. Mas se ficasse retido no corpo, significava que a calça estava muito apertada e que, portanto, não poderia ser usada por um “homem de verdade” (Soliva, 2019, p. 67)

Nesse contexto, antes da formação do ‘gueto’ em São Paulo, a existência livre do rígido controle heteronormativo era muito limitada. Macrae (2005, p. 299 apud França, 2007, p. 297) o define como um lugar “onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social”, uma experiência que faz parte da transformação social de certa forma, já que “uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta”. Sendo assim, não se pode falar das vivências das sexualidades e identidades de gênero dissidentes sem fazer uma menção aos espaços de sociabilidade e lazer. Além da possibilidade de reforçar e estruturar redes homossociais ou homoeróticas que, como dito por Marsiaj (2003), tornam possível o desenvolvimento da identidade coletiva basilar para a organização dos movimentos sociais, os locais voltados para o público GLS ofereciam quase exclusivamente uma certa liberdade para expressões eróticas e de gênero que eram vetadas em outros ambientes, públicos ou domésticos. Como muitas vezes esses locais são estabelecimentos comerciais, se forma uma relação entre a comunidade

LGBT, o movimento social e o mercado que vai além da parceria na Parada do Orgulho e seus patrocinadores.

Como apontado por França (2007), os empresários que trabalham com o segmento LGBT, frequentemente incorporam elementos do ativismo em sua linguagem, como o discurso do orgulho e símbolos identitários, principalmente a bandeira arco-íris. Em outros casos, os próprios atores do mercado se identificam como parte da comunidade, podendo até ocupar os dois espaços, do ativismo e dos negócios (França, 2007; Machado, Prado, 2005). Estes escolhem, segundo França (2007), o segmento tendo a sua identidade como motivação e enxergam em suas ações um sentido político de luta contra o preconceito, além de vê-las como um benefício para a comunidade em termos da circulação de informações, autoestima e de uma identidade positiva. O Clube Rainbow de Serviços, que surgiu para suprir uma lacuna comercial, por exemplo, teve uma atuação política concreta pela parceria com o Ministério da Saúde e pelo contato com os vereadores e lideranças políticas, além dos impactos políticos na dimensão individual que a oferta de serviços que anteriormente eram de difícil acesso para os homossexuais ocasionou (Machado, Prado, 2005). Sá (2022) também dialoga com os proprietários dos estabelecimentos que se tornaram espaços de convivência LGBT, que por sua vez se identificam majoritariamente como heterossexuais, mas, em alguns, ainda há um sentimento de missão política.

Simmel (1967 apud Sá, 2022) afirma como as relações, a ocupação do espaço e a circulação de pessoas no ambiente urbano estão vinculadas ao mercado e ao consumo. O consumo é uma prática social vinculada à coletividade e pode produzir experiências de vida (Sá, 2022). Machado e Prado (2005, p. 42) apontam que os movimentos sociais contemporâneos assumem a importância da transformação da realidade no nível da participação concreta da sociedade civil, pensando que a vida do sujeito político na sua dimensão privada também é política e não está desvinculada das questões do domínio público. Dessa forma, espaços de sociabilidade que são simultaneamente espaços de consumo podem servir como lugares de ação política. Aqui as demandas por direitos civis e pelo direito de ser consumidor se misturam.

A própria ocupação do espaço público pode ser encarada como uma forma de fazer política, como colocado por Butler (2019 apud Sá 2022), uma vez que os corpos marginalizados estão se reunindo e se fazendo visíveis na cidade. Durante os períodos de grande repressão da homossexualidade, os bares, teatros e festas particulares mantiveram um espaço para socialização velada para gays, lésbicas e travestis, onde se podia expressar seus desejos e também performances de gênero não aceitas em outros

contextos. A Turma OK, por exemplo, chegou a organizar concursos de “beleza transformista” e sediar apresentações e shows nos quais homens utilizavam roupas “femininas”, no entanto frequentar essas reuniões era uma possibilidade para poucos, uma vez que o grupo era formado por habitantes da zona sul do Rio de Janeiro e a diretoria costumava delimitar as vestimentas apropriadas para atender a alguns eventos (Soliva, 2019).

De toda forma, a liberação pelo consumo tem fatores limitantes que não podemos deixar de ressaltar. Como colocado por Marsiaj (2003, p. 141), frequentemente os bares, festas e boates abertamente gays são menos acessíveis ou menos receptivos àqueles com menor poder aquisitivo e status socioeconômico. Alguns dos grandes impedimentos são a necessidade de pagar pela entrada e o alto custo do consumo no interior dos eventos, bem como a dificuldade de deslocamento apontados por Sá (2022). Dos Santos (2012, p. 62) aborda mais um fator que constitui as dinâmicas de poder nesses espaços e determina quais corporalidades são legítimas nestes espaços. Há marcas de classe que ficam evidentes ao olhar: trata-se das roupas e do cabelo. Se faz também uma diferenciação a partir dos atributos corporais, da expressão de feminilidade ou masculinidade e também da raça. Essa diferenciação também determina quem é desejável. Sá (2022) ainda destaca que há um direcionamento maior do mercado aos gays que inviabiliza a ocupação dos bares, boates e festas pelas demais sexualidades, tornando os ambientes menos acolhedores a elas. “Esse fator é importante, pois muitas lésbicas e bissexuais relatam assédio moral por parte de gays e, por isso, muitas não buscam os espaços observados para o seu lazer, devido ao foco e à quantidade de gays presentes” (Sá, 2022, p. 25). A autora destaca situações que presenciou de comportamentos hostis dos próprios clientes, direcionado a outras pessoas que estavam ocupando o local do evento, além de situações de preconceito envolvendo funcionários, seguranças e policiais que fazem ronda no local.

Hoje, mesmo com a conquista do espaço público pelos gays e lésbicas (Marsiaj, 2003) e, com isso, de uma relativa liberdade para esses grupos minoritários, os bares e as festas mantêm sua importância como lugar privilegiado, uma vez que as pessoas que ainda não assumiram publicamente a sua identidade podem se sentir mais livres para explorar seus desejos no lazer, longe do ambiente doméstico (Sá, 2022). Isso ocorre porque são locais que apresentam uma maior segurança (Marsiaj, 2003; Sá, 2022), o que Sá (2022, p. 193) também demonstra ao apontar que é comum a prática de trocar de roupa quando se está próximo ou no interior dos eventos. Além disso, as festas, boates e bares continuam sendo locais de construção de relações homosociais e homoeróticas,

bem como relações de pertença. Como pontuado por Machado e Prado (2005, p. 49), a comunidade homossexual “não encontra em seus grupos primários de pertença elementos favoráveis à constituição de uma identidade homossexual, tornando-se necessário buscar outros meios de interação social” consequentemente estes lugares onde pode-se ensaiar novos comportamentos fazem parte da constituição das identidades coletivas, que podem ser menos marginalizadas. Dessa forma, os espaços que vendem uma postura de respeito aos seus consumidores, suas identidades e expressões apresentam a possibilidade de “poder ser quem se é agir como quiser, paquerar quem você está a fim junto dos seus pares e com menor chance de sofrer atos de preconceito” (Sá, 2022, p. 50), fator que segundo a autora chega a atrair clientes de outras localidades.

Nesse sentido, outro ponto em comum entre o movimento social e o mercado de consumo é o propósito de constituir ou reafirmar identidades de forma positiva. “Segundo Maria Celeste Mira (1997) o consumo acabava sendo um fator importante para que os grupos ou movimentos que foram historicamente discriminados consigam a autoestima” (Sá, 2022, p. 81). Como colocado por França (2007), as identidades são sempre inacabadas, em constante construção, o consumo é constituidor da identidade. Essa é uma preocupação que os organizadores do CRS tinham ao elaborar as publicações do seu *Jornal Rainbow*, como Machado e Prado (2005) observam.

4. A “LISTA T”: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O PESSOAS TRANS

As ações afirmativas para o consumo LGBT são medidas estratégicas adotadas por empresas e demais organizações visando a promoção do orgulho ou da apropriação de espaços pela comunidade. Sá (2022, p. 22) coloca a própria Parada do Orgulho como uma forma de ação afirmativa. Podem ser citadas também as ações afirmativas que incentivam o acesso de pessoas trans, travestis e não binárias em espaços de festividade a partir da concessão de gratuidade. Em Belo Horizonte, temos a “Lista T”, que geralmente assume a forma de formulário digital, onde se deve inserir informações pessoais, como endereço de e-mail, nome, nome do usuário do perfil em rede social, entre outras. Os critérios de análise para validação das inscrições dependem da organização do evento. Geralmente leva-se em consideração apenas a autoidentificação, no entanto, em alguns casos busca-se formar uma comissão composta por pessoas trans capacitadas para evitar fraudes como aconteceu no festival de música internacional Primavera Sound 2023 em São Paulo e outros eventos (Paiva, 2024).

Pensando a partir dessa política, vemos que, as pessoas trans, para além de

serem entendidas como pessoas consumidoras, estão sendo incluídas em um espaço que, por vias de reprodução dos preconceitos em relação a esses corpos, foi dito que não as pertence. O texto de Isadora Lins França relata essa abordagem ao dizer que “grande parte do mercado GLS e do seu circuito noturno de lazer não considera bissexuais, travestis e transexuais como integrantes da comunidade para a qual oferecem seus serviços” (2007, p. 308). Conforme comenta a autora, a ação organizada pela “Blitz Trans”, que protestou contra a discriminação de pessoas trans e travestis em estabelecimentos comerciais de público GLS, demonstra a segmentação nesses espaços de sociabilidade com práticas como sobretaxa e proibição da entrada dessas pessoas (França, 2007).

Em Belo Horizonte, essa afirmativa é denominada “Lista T”, já em Recife, onde a prática foi observada por Sá (2022) ela recebe o nome de “listas free”. Segundo a autora, a existência de tais listas reforça a visibilidade das pessoas trans dentro da comunidade LGBT, reorganiza os eventos e seus espaços e ao mesmo tempo revela a realidade da disparidade social entre os sujeitos, bem como as relações de poder que são compostas nos ambientes de lazer. Em uma matéria publicada pelo “O povo” sobre inclusão de pessoas trans em festas, Giselly Correa Barata cita a fala de Duda Quinderé, que é produtora, sócia e DJ da festa Mirage, de Fortaleza, afirmando que a “Lista T”

É uma ação afirmativa de inclusão de pessoas T em espaços culturais, mesmo quando não podem custear o ingresso. É um movimento que vem acontecendo em grandes festivais do Brasil e nós adotamos a mesma política em nossas festas por entender a importância desse movimento na cena da nossa cidade (Barata, 2022).

Entendemos que a reorganização dos eventos pela maior presença de pessoas trans, bem como a declaração de apoio explícito dos estabelecimentos e organizações dos eventos funciona remodelando um cenário de hostilidade contra os corpos trans dentro dos espaços anteriormente publicizados como GLS. Dessa forma, se cria um espaço mais seguro e acolhedor para a ocupação dessas pessoas que foram rejeitadas nestes espaços, o que permite uma maior integração delas na comunidade a partir da formação das identidades coletivas que perpassam os locais de sociabilidade LGBT.

A política é adotada por eventos diversos, alguns grandes como o festival Sensacional, que ocorre em Belo Horizonte e há 3 anos trabalha com a concessão de entradas gratuitas para pessoas trans, travestis, não-binárias e intersexo. No ano de 2024, foram liberadas 400 cortesias, distribuídas igualmente para os dois dias de evento. Em uma publicação no Instagram oficial, que apresenta todos os dados acima, a

organização do evento também aciona discursos de valorização da diversidade, respeito e inclusão.

Figura 1 - Divulgação da “Lista T” pelo Sensacional



Fonte: perfil público do festival Sensacional no Instagram, 2024⁴.

Outro exemplo de evento que usa a “Lista T” é a Mamba Negra, um festival de música techno que acontece na capital de São Paulo. O coletivo elabora um discurso político que parte desde a produção até os espaços de ocupação da festa. Da produção, trata-se de um grupo composto majoritariamente por mulheres - cis e trans - e pessoas LGBT+ que buscam incluir corpos dissidentes na composição dos *line-ups*. Já sobre a ocupação, a festa acontece em espaços que foram desativados e pararam de ter suas funções iniciais em algum momento na cidade de São Paulo. A realização do evento nesses espaços vem de uma tentativa de ressignificação deles voltada para a festa, sendo um lugar não só da celebração de corpos LGBT+ como também da apropriação da cidade por eles.

A “Lista T” é usada pela Mamba Negra de modo a dar uma alternativa de acesso a pessoas Trans, Travestis e não binárias ao evento. Em alguns momentos a lista do festival também inclui pessoas que fazem Drag. Em um post de 2021 o coletivo pontua que

As listas gratuitas para Drags, pessoas Trans e Não-Binárias foram instituídas

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7xMj8tiAcq/?igsh=a2NoazRwc2UzZzh4>. Acesso em: 01 jul 2024.

na MAMBA como ferramenta para tratarmos de uma disparidade de ACESSO. Essa disparidade de ACESSO diz respeito a um recorte de CLASSE. ESSE é o princípio das nossas listas gratuitas. A identidade de gênero e do ofício artístico, descolada do recorte de CLASSE, já é celebrada e afirmada pela composição da equipe toda da festa, pelos Line ups, pelos temas e políticas da MAMBA. Portanto, o recorte de GÊNERO e de OFÍCIO ARTISTICO representado pelas listas Drag, Trans e Não Binária estão COMPLETAMENTE RELACIONADAS AO CONTEXTO DE CLASSE Y VULNERABILIDADE (Mamba Negra, 2021).

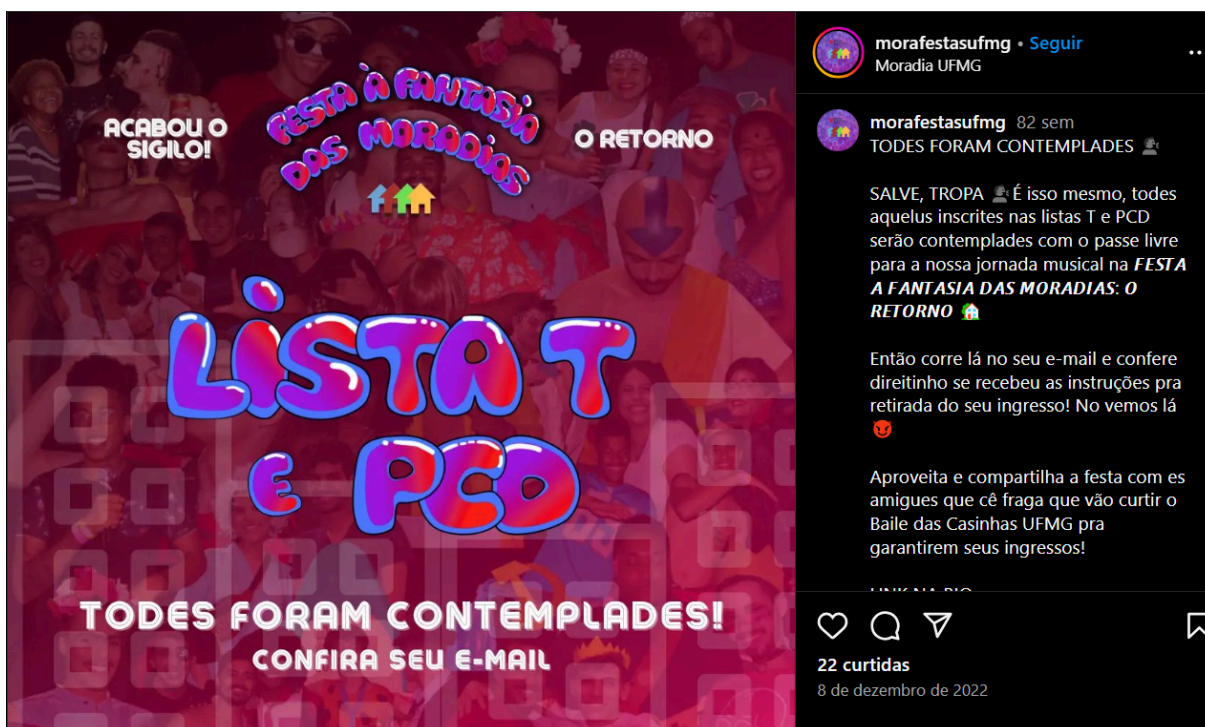
Observa-se que, nesse caso, a lista trans é usada como um recurso atrelado ao discurso político da própria festa. Como citado anteriormente, tendo os movimentos sociais promovendo a Parada LGBT, flexionando a militância dos grupos organizados, tem-se um coletivo de música techno fazendo um movimento parecido. Pode-se dizer que, no caso da Mamba Negra, o próprio evento torna-se um grupo organizado que levanta e alimenta a pauta de ocupação de corpos dissidentes em espaços na cidade, a celebração e o financiamento desses corpos, que também trabalham no desenvolvimento da festa. A festividade, nesse caso, está relacionada a uma política que, conforme diz o coletivo da mamba, busca diminuir a disparidade de classe e de gênero na sociedade.

Também é frequente ver a divulgação de tais listas por algumas casas noturnas “alternativas” ou voltadas para o público LGBTQ+, como eventos de música eletrônica e festas universitárias. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), servem como exemplos as festas da Moradia Universitária, ou outras organizadas pelas atléticas que têm também uma política de ações afirmativas para estudantes com auxílio da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP).

Esse tipo de ação afirmativa estaria mais relacionado ao acesso aos espaços do que de fato ao consumo, uma vez que, como Sá (2022) aponta, ainda há a venda de bebidas no local cujo preço não é sempre acessível, entre outras questões que permeiam a ida aos eventos. No entanto, em conformidade com o que já foi dito, esse cenário possibilita a liberdade de ser e a construção de relações sociais e eróticas em um ambiente de maior segurança, que antes já era permitida aos homossexuais. Nesses contextos, por exemplo, é aberta a possibilidade das travestis, mulheres trans e pessoas não binárias serem assumidas publicamente pelos seus cônjuges, o que nem sempre pode acontecer em outros ambientes (Da Rocha Campos, 2016, p. 47). Outra questão importante é o aprendizado e a constituição das identidades. De forma análoga, como se aprendia a ser gay nos eventos da Turma OK (Soliva, 2019, p. 66), é possível que se aprenda a ser travesti ou transexual em outros locais que não sejam os de prostituição,

anteriormente apontados por muitos autores como parte constituinte das identidades transfemininas (Da Rocha Campos, 2016, p. 50), o que contribui para uma formulação mais positiva das identidades.

Figura 2 - Comunicado sobre a aceitação dos beneficiários pela organização da festa da moradia UFMG



Fonte: Perfil público do perfil Festas na Moradia UFMG no Instagram em 2022

Nesse sentido, a “lista T” funciona de forma oposta à segregação dos espaços, democratizando e incentivando a sua ocupação pelos corpos gênero-dissidentes e marginalizados. Podemos afirmar que, assim, ela apresenta uma forma de reafirmar essas pessoas como sujeitos políticos e parte da comunidade LGBT, situando-as no contexto da construção das identidades coletivas nos ambientes de lazer e festividade, tão importantes para o sentimento de pertencimento que fundamenta a organização social. Se o novo mercado segmentado produz novas categorias do que é ser homossexual, a “lista T” faz algo semelhante com as pessoas trans, construindo e reforçando uma identidade coletiva que se pauta também na ocupação de espaços de lazer, contribuindo para a reversão de um estigma e depreciação social, ao retirar a imagem/identidade dessas pessoas de um lugar apenas marginal e de sofrimento.

Dada a divisão entre ações voltadas para o orgulho e ações de inclusão, pode-se dizer que existe uma diferenciação entre as duas. Para que esteja mais delimitado, propõe-se que o orgulho estivesse voltado a narrativas de pessoas da comunidade,

enquanto a inclusão estaria na oferta de oportunidades, como é no caso da adoção da lista T. As ações de inclusão, podem, porém, caracterizar promoções do orgulho, contribuindo para a celebração de pessoas LGBTQ+ em espaços e posições de trabalho que majoritariamente são destinadas e inseridas em um contexto hétero-cis-normativo. No entanto, acredita-se que essa divisão possa ampliar as implicações políticas que o movimento se mobiliza para articular na elaboração de suas demandas.

5. CONCLUSÃO

A organização do que atualmente conhecemos como movimento LGBTQ+ no Brasil surge em um momento de efervescência que também contribuiu para a criação e desenvolvimento dos espaços de sociabilidade dessa comunidade e de um mercado GLS. Esses espaços, então, viabilizaram a existência de ambientes de lazer para a comunidade, sendo desenvolvidos neles a atividade do consumo e, mais do que isso, a constituição das identidades individuais e coletivas. Muitas críticas foram tecidas pelos militantes à integração dos homossexuais entre os consumidores no contexto capitalista e foram feitas tentativas de distanciamento, no entanto era comum que algumas pessoas ocupassem ambos os lugares. Em adição, é inegável o impacto político da oferta de serviços àqueles aos quais estes eram negados num contexto onde a ocupação da cidade se dá pelo consumo, como pontuado por Simmel (1967 apud Sá, 2022). Nisso, pode-se dizer que o consumo GLS e a mobilização desse movimento social seguem em relação desde o princípio.

No entanto, fica claro já pela utilização do termo GLS que nem todas as pessoas entendidas como LGBTQ são contempladas enquanto consumidoras. Demonstramos que há uma hostilidade, principalmente em relação às pessoas trans, além de um preconceito de classe que dificulta, se não impede, o acesso aos locais de lazer. Para reconfigurar o cenário foi criada a política de “lista T”, que tem tido adesão relevante no cenário do lazer de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.

Os locais de socialização não apenas proporcionaram um ambiente de lazer onde as pessoas podiam ser autênticas e expressar sua identidade livremente, mas também serviram como centros de onde se faz política. Assim, esses espaços não foram apenas lugares de convívio, mas também catalisadores de mudanças sociais e políticas significativas.

A partir do entendimento das ações afirmativas através do orgulho LGBTQ e das ações de inclusão social, que são usadas para fomentar o consumo LGBTQ, pode-se observar como as organizações e eventos estão de fato contribuindo para o ativismo

elaborado por pessoas que compõem o movimento. Portanto, as ações de orgulho estariam voltadas à elaboração de discursos e narrativas que fazem parte das estratégias de promoção dos produtos das organizações; as ações de inclusão seriam aquelas que envolvem criação de políticas de inserção social da população LGBTQ+.

Pode-se colocar que os eventos citados que usam a lista T não são organizados por grupos de militância LGBTQ+, como acontece no caso das Paradas LGBTQ, mas acionam seus discursos. Pode-se constatar que um evento de música internacional como o Primavera Sound (edição de São Paulo em 2023) escolheu uma doutoranda em sociologia para gerir a lista T do evento. Essa prática pode ser comum para outras festas, ainda que poderia existir um relacionamento e maior engajamento desses eventos com grupos de militância que estejam alinhados com a proposta ou interesse do evento. Já em festas como a Mamba Negra, tem-se na concepção do evento a proposta de desenvolvimento de pautas elaboradas pela própria comunidade LGBTQ+, assemelhando-se a uma festa onde o ato político se mistura com o consumo e o lazer. No entanto, o que se põe é que esses espaços de consumo, entendidos pelas festas/eventos, têm adotado ações afirmativas que contribuem para a diminuição da disparidade entre pessoas cis e trans nas festas e espaços de lazer no geral. Analisar se essas ações afirmativas estão sendo desenvolvidas com determinados grupos organizados de militância LGBTQAIAP+ seria uma tarefa posterior.

Nesse sentido, trabalhamos, em parte, a potencialidade da relação entre a política e as transformações sociais e a ocupação da cidade por meio do consumo em espaços de lazer como boates, festas, bares e festivais, pensando para além das válidas críticas à emancipação pelo consumo. É necessário reconhecer que, mesmo que não haja por esses meios a possibilidade de uma transformação social completa que atenderia às demandas do movimento social, os espaços de sociabilidade são importantes para a construção da identidade, o acesso ao lazer e a criação de experiências de vida localizadas fora do âmbito do sofrimento.

REFERÊNCIAS

BARATA, Giselly Correa. Inclusão: eventos investem em entrada gratuita para pessoas trans. Na busca por promover a acessibilidade para comunidade LGBTQIA+, eventos na capital investem em listas com entrada gratuita para pessoas transsexuais e não binárias. **O Povo**, (sl), Vida e Arte, 2022. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/vidaarte/2022/08/03/inclusao-eventos-investem-em-entrada-gratuita-para-pessoas-trans.html#:~:text=Em%20maio%2C%20Gloria%20Groove%20se,grande%20show%20com%20a%20lista>. Acesso em: 13 dez 2023.

CARRARA, Sérgio Luís. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Revista Eletrônica De Comunicação**, Informação & Inovação Em Saúde, 13(3), 2019.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 319-351, 2013.

DOS SANTOS, Leonel Cardoso. Gradientes hierárquicos na balada: etnografia, corpos e sociabilidades nas boates GLS de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

DA ROCHA CAMPOS, Guilherme. " Lá em casa é diferente": uma etnografia das relações conjugais entre travestis de Belo Horizonte (MG). Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, p. 289-311, 2007.

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000.

PAIVA, Deslange. Saiba o que é 'lista trans'; apenas dois festivais grandes adotaram medida inclusiva em 2023 em SP. [Iniciativa obtém ingressos gratuitos de festas e festivais exclusivos para pessoas trans, travestis e não binárias. Criada em 2015 no Recife, esse tipo de lista chegou a São Paulo em 2018]. **Globo Comunicação e Participações S.A.**, São Paulo, Notícia, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/06/saiba-o-que-e-lista-trans-apenas-dois-festivais-grandes-adotaram-medida-inclusiva-em-2023-em-sp.ghtml>. Acesso em: 01 jul 2024.

MACRAE, Edward. **Movimentos sociais e os direitos de cidadania dos homossexuais**. Trabalho, Cultura e Cidadania. São Paulo: Scritta, p. 237-245, 1997.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. **Interações**, v. 10, n. 19, p. 35-62, 2005.

MAMBA NEGRA. 🏳️‍🌈💖 °.*. TEREMOS LISTAS DRAG / TRANS / NÃO-BINÁRIE COM ENTRADA GRATUITA ° °.* *° ^* (...). **Facebook**, MAMBA NEGRA, post, novembro, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5051599401535816&set=a.1663345207027936>. Acesso em: 01 jul 2024.

MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. *Cadernos ael*, 2003.

SÁ, Beatriz Yolanda Pontes de Gusmão. Espaços de lazer e consumo LGBTQIA+: uma etnografia sobre pertencimento e ocupação da cidade com produtores de eventos e empresários de bares no Recife. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Sobre afetos e resistências: uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil). *Sexualidad., Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, 2019;(31): 57-80